

## SAÚDE MENTAL E INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA USUÁRIOS DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Ismael Santos Araújo<sup>1</sup>  
Inalda Câmara do Carmo<sup>2</sup>  
Paulina Santos Mendonça<sup>3</sup>  
Samara Milena Mendes da Silva<sup>4</sup>  
Eline Igreja da Silva Azevedo<sup>5</sup>  
Leonisia Pereira de Sousa<sup>6</sup>  
Valéria Sá Alves do Espírito Santo<sup>7</sup>

**RESUMO:** **Introdução:** A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) tem como um de seus principais objetivos promover a inclusão social de pessoas em sofrimento psíquico, sendo o trabalho compreendido como elemento fundamental nesse processo. No entanto, a inserção desses sujeitos no mercado de trabalho ocorre, muitas vezes, de forma limitada e marcada por condições precárias. **Objetivo:** Analisar, por meio de uma revisão bibliográfica sistemática, a realidade do acesso ao mercado de trabalho por usuários da RAPS, considerando as tensões entre inclusão, precarização e as permanências de estruturas sociais desiguais, a partir de uma perspectiva anticolonial. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica sistemática, com buscas realizadas nas bases SciELO, PubMed e Portal de Periódicos CAPES, no período de 2020 a 2025. Foram selecionados artigos completos em língua portuguesa, organizados e analisados de acordo com os objetivos da pesquisa. **Resultados e Discussões:** Os estudos analisados evidenciam que, embora existam iniciativas voltadas à inserção laboral, estas se desenvolvem em um contexto marcado por desigualdades estruturais, estigmatização e exigências do mercado de trabalho que dificultam a permanência desses sujeitos em atividades laborais. Observa-se ainda que estratégias como oficinas e projetos coletivos contribuem para a inclusão social, mas nem sempre garantem condições dignas e estáveis de trabalho. A literatura aponta que a inclusão pelo trabalho não pode ser compreendida apenas como acesso a atividades produtivas, sendo necessário considerar as condições concretas em que essa inserção ocorre, bem como as relações sociais e econômicas que estruturam o mundo do trabalho. **Conclusão:** Conclui-se que a inserção de usuários da RAPS no mercado de trabalho ocorre em meio a contradições, exigindo a articulação de políticas públicas e a construção de estratégias que garantam não apenas o acesso ao trabalho, mas condições dignas, autonomia e participação social efetiva.

1

**Palavras – chave:** Rede de Atenção Psicossocial; saúde mental; trabalho; precarização; inclusão social.

<sup>1</sup>Docente do Centro Universitário - UNIFAVENI e Bacharelado em Psicologia.

<sup>2</sup>Bacharelana em Psicologia.

<sup>3</sup>Bacharelanda em Psicologia.

<sup>4</sup>Bacharelanda em Psicologia.

<sup>5</sup>Bacharelanda em Psicologia.

<sup>6</sup>Bacharelanda em Psicologia.

<sup>7</sup>Bacharelanda em Psicologia.

**ABSTRACT:** **Introduction:** The Psychosocial Care Network (RAPS) has as one of its main objectives to promote the social inclusion of people suffering from mental illness, with work understood as a fundamental element in this process. However, the insertion of these individuals into the labor market often occurs in a limited way and marked by precarious conditions. **Objective:** To analyze, through a systematic literature review, the reality of access to the labor market by RAPS users, considering the tensions between inclusion, precariousness, and the persistence of unequal social structures, from an anti-colonial perspective. **Methodology:** This is a qualitative research, developed through a systematic literature review, with searches carried out in the SciELO, PubMed, and CAPES Periodicals Portal databases, from 2020 to 2025. Full articles in Portuguese were selected, organized, and analyzed according to the research objectives. **Results and Discussion:** The analyzed studies show that, although there are initiatives aimed at labor market inclusion, these develop in a context marked by structural inequalities, stigmatization, and labor market demands that hinder the permanence of these individuals in work activities. It is also observed that strategies such as workshops and collective projects contribute to social inclusion, but do not always guarantee dignified and stable working conditions. The literature indicates that inclusion through work cannot be understood solely as access to productive activities; it is necessary to consider the concrete conditions in which this inclusion occurs, as well as the social and economic relations that structure the world of work. **Conclusion:** It is concluded that the inclusion of users of the Psychosocial Care Network (RAPS) in the labor market occurs amidst contradictions, requiring the articulation of public policies and the construction of strategies that guarantee not only access to work, but also dignified conditions, autonomy, and effective social participation.

**Keywords:** Psychosocial Care Network. mental health. Work. Precariousness. Social inclusion.

## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas, a consolidação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no Brasil tem buscado promover a inclusão social de pessoas em sofrimento psíquico, especialmente por meio do fortalecimento da autonomia e do acesso a direitos, entre eles o trabalho.

Nesse contexto, o trabalho é compreendido não apenas como fonte de renda, mas como elemento central para a construção da cidadania e da participação social. No entanto, apesar dos avanços nas políticas públicas, observa-se que a inserção desses sujeitos no mercado de trabalho ainda ocorre de forma limitada, muitas vezes marcada por vínculos instáveis, informalidade e condições precárias.

De acordo com dados recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgada pelo IBGE, no trimestre encerrado em abril de 2026, o Brasil registrou taxa de desocupação de 5,8%, o que corresponde a aproximadamente 6,3 milhões de pessoas desocupadas.

No mesmo período, a população ocupada chegou a 102,3 milhões de trabalhadores. Apesar da redução do desemprego em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior, os dados também revelam a permanência de desafios importantes no mundo do trabalho, uma vez que 38,1 milhões de trabalhadores estavam na informalidade, representando 37,2% da população ocupada. Esses números evidenciam que a discussão sobre inserção laboral não deve considerar apenas o acesso ao emprego, mas também as condições em que o trabalho é realizado, especialmente quando se trata de grupos em situação de vulnerabilidade social, como os usuários da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

É importante destacar que o autor Lima *et al.*, (2023), compreende que essa realidade pode ser analisada à luz das desigualdades estruturais que atravessam a sociedade brasileira, historicamente marcada por processos coloniais que produziram hierarquias sociais, exclusões e marginalizações persistentes. A partir de uma perspectiva anticolonial, entende-se que tais estruturas continuam influenciando o acesso a direitos, incluindo o trabalho, sobretudo para grupos socialmente vulnerabilizados, como os usuários da RAPS. Assim, a inclusão no mercado de trabalho, quando ocorre, nem sempre se efetiva de forma plena, podendo reproduzir formas de exploração e precarização.

O estudo justifica-se pela necessidade de compreender melhor a realidade vivida por usuários da RAPS, especialmente no que se refere ao acesso ao trabalho. Embora o trabalho esteja ligado à autonomia e à participação social, observa-se que muitas vezes essa inserção ocorre de forma limitada e marcada por dificuldades.

Além disso, a temática torna-se relevante por envolver questões sociais importantes, como as condições de trabalho, a saúde mental e as desigualdades presentes na sociedade. A relação entre inclusão e precarização evidencia que, mesmo com avanços nas políticas públicas, ainda existem desafios que afetam diretamente a vida desses sujeitos.

Outrossim, emerge a necessidade de compreender como a literatura científica tem abordado essa problemática, evidenciando tanto os avanços quanto os limites das políticas e

práticas de inclusão laboral. Nesse sentido, coloca-se o seguinte problema de pesquisa: como a produção científica discute o acesso ao mercado de trabalho por usuários da Rede de Atenção Psicossocial, considerando as tensões entre inclusão, precarização e as permanências de estruturas coloniais que influenciam esses processos?

Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo analisar, por meio de uma revisão bibliográfica sistemática, a realidade do acesso ao mercado de trabalho por usuários da Rede de Atenção Psicossocial, articulando as tensões entre inclusão, precarização e a luta anticolonial.

Para isso, os objetivos específicos são: identificar, na literatura científica, as formas de inserção laboral desses sujeitos, considerando marcadores sociais e históricos de exclusão; examinar como as estruturas coloniais e suas permanências influenciam as desigualdades no acesso ao trabalho; e discutir as estratégias, políticas e práticas de resistência e luta anticolonial que contribuem para a promoção da inclusão social e da autonomia no contexto do trabalho.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

#### 3.1 A inserção no mercado de trabalho na Rede de Atenção Psicossocial: possibilidades de inclusão social

Inicialmente, a inserção no mercado de trabalho no contexto da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) está diretamente relacionada às transformações promovidas pela Reforma Psiquiátrica brasileira, que propôs a superação do modelo asilar e a construção de práticas voltadas à inclusão social (Lima *et al.*, 2024). Nesse cenário, o trabalho passa a ser compreendido não apenas como atividade produtiva, mas como um direito fundamental e um elemento central na construção da cidadania dos sujeitos em sofrimento psíquico, contribuindo para sua participação social e autonomia.

Pois, Oliveira Daltro (2025), destaca que a inclusão social pelo trabalho, no contexto da RAPS, não deve ser compreendida apenas como inserção em atividades produtivas, mas como um processo mais amplo, que envolve o acesso a direitos, o reconhecimento social e a possibilidade de participação ativa na vida coletiva. Nesse sentido, a efetivação da inclusão depende da construção de condições que ultrapassem o caráter pontual das iniciativas, sendo necessário considerar a articulação entre diferentes políticas públicas e a garantia de direitos sociais básicos.

De acordo com Santiago (2025, p. 280-281):

Os serviços da RAPS, especialmente os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), desenvolvem estratégias que buscam promover a inserção social por meio do trabalho, articulando ações intersetoriais que envolvem cultura, lazer e geração de renda. Essas iniciativas estão vinculadas ao conceito de reabilitação psicossocial, entendido como um processo de reconstrução da vida do sujeito, envolvendo dimensões como moradia, relações sociais e trabalho, sendo este último um dos principais eixos para o exercício da cidadania.

Nesse sentido, destacam-se as oficinas de geração de renda e os projetos de trabalho coletivo como espaços importantes para a construção de possibilidades concretas de inserção laboral. Assim, Santos *et al.*, (2023), diz que tais experiências permitem não apenas o desenvolvimento de habilidades, mas também a criação de vínculos sociais, a valorização dos saberes dos usuários e a ampliação de sua participação na vida comunitária, configurando-se como práticas que vão além do caráter terapêutico e se aproximam da perspectiva de inclusão social efetiva.

Além disso, o próprio mercado de trabalho contemporâneo apresenta características que dificultam a inclusão de sujeitos em situação de vulnerabilidade. Dasmecna; vale (2020), frisa que a exigência por produtividade, competitividade e adaptação constante tende a excluir aqueles que não se enquadram nos padrões considerados ideais, evidenciando que os limites da inserção laboral não estão apenas nas condições individuais dos sujeitos, mas também na forma como o trabalho está organizado socialmente. Dessa forma, pensar a inclusão no âmbito da saúde mental implica também questionar as estruturas que sustentam essas dinâmicas.

Entretanto, é importante considerar que a associação entre trabalho e inclusão social não ocorre de forma automática ou homogênea. Conforme apontam autores do campo da saúde mental, o trabalho pode assumir diferentes significados a depender das condições em que é realizado, podendo tanto contribuir para a autonomia quanto reforçar processos de exclusão quando inserido em contextos marcados pela precariedade. Nesse sentido, a literatura sugere que a inclusão pelo trabalho deve ser analisada de forma crítica, considerando não apenas o acesso às atividades produtivas, mas também as relações sociais, econômicas e institucionais que estruturam essas experiências.

Jafelice *et al.*, (2022, p. 17-25), destaca que:

A articulação entre saúde mental e economia solidária emerge como uma estratégia relevante nesse processo, ao propor formas alternativas de organização do trabalho baseadas na cooperação, na autogestão e na valorização do sujeito. A economia

solidária apresenta-se como uma possibilidade de enfrentamento à exclusão do mercado formal, permitindo que usuários da RAPS participem de atividades produtivas que respeitem suas singularidades e promovam melhores condições de trabalho e vida.

Por outro lado, as experiências de inserção no trabalho também evidenciam limites e desafios, especialmente quando relacionadas ao mercado formal, que frequentemente apresenta exigências rígidas, pressão por produtividade e condições que dificultam a permanência desses sujeitos. Diante disso, observa-se a necessidade de construção de modelos de trabalho mais flexíveis e inclusivos, que considerem as especificidades dos usuários e favoreçam sua permanência e desenvolvimento no contexto laboral (Azevedo; Gomes, 2024).

Portanto, compreende-se que a inserção no mercado de trabalho, no âmbito da RAPS, está associada à ampliação das possibilidades de inclusão social, sobretudo quando articulada a práticas que valorizam a autonomia e a participação dos sujeitos. No entanto, essa relação não pode ser compreendida de forma simplificada, sendo necessário considerar os limites impostos pelas condições concretas do mundo do trabalho. Assim, a inclusão pelo trabalho deve ser analisada em suas contradições, reconhecendo tanto seu potencial emancipatório quanto os riscos de reprodução de desigualdades.

### **3.2 Precarização e desigualdades no trabalho: desafios enfrentados pelos usuários da RAPS**

A discussão acerca da precarização e das desigualdades no trabalho, no contexto da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), exige a compreensão das transformações estruturais que marcam o mundo do trabalho contemporâneo. Conforme apontam Cobo e Oliveira (2024), as dinâmicas atuais de organização do trabalho são atravessadas por processos de flexibilização, intensificação da exploração e fragilização dos direitos sociais, configurando um cenário no qual a inserção laboral ocorre de maneira cada vez mais instável. Nesse contexto, usuários da RAPS tendem a ocupar posições ainda mais vulneráveis, uma vez que já estão inseridos em trajetórias sociais marcadas por desigualdades históricas.

Nesse sentido, Lima *et al.*, (2024, p. 42-43) aponta que:

A precarização do trabalho não se restringe à informalidade ou à ausência de vínculos empregatícios formais, mas envolve também a insegurança nas relações laborais, a baixa remuneração e a desproteção social. Para usuários da saúde mental, tais condições tendem a se agravar, uma vez que suas trajetórias são frequentemente atravessadas por processos de exclusão social, estigmatização e ruptura de vínculos institucionais e

comunitários. Dessa forma, a inserção laboral ocorre, muitas vezes, em posições periféricas, reforçando a lógica de desigualdade já existente.

Sob essa perspectiva, a precarização do trabalho não pode ser compreendida apenas como um fenômeno isolado, mas como expressão de transformações mais amplas nas relações sociais de produção. Estudos no campo das ciências sociais apontam que a flexibilização das relações de trabalho, aliada à redução de direitos, tende a atingir de forma mais intensa grupos já historicamente vulnerabilizados. Dessa forma, a inserção de usuários da RAPS no mercado de trabalho ocorre em um cenário marcado por desigualdades estruturais, o que contribui para a manutenção de posições periféricas e limita o acesso a condições dignas de trabalho.

Além disso, o estigma associado ao sofrimento psíquico constitui um elemento central na produção dessas desigualdades. A construção social da loucura, historicamente marcada pela exclusão e pelo isolamento, ainda reverbera no imaginário social, influenciando práticas discriminatórias no acesso ao trabalho (Souza; Honorato, 2024). Esse processo limita não apenas as oportunidades de inserção, mas também as possibilidades de reconhecimento desses sujeitos enquanto trabalhadores, afetando diretamente sua autonomia e participação social.

Outro aspecto relevante segundo Santos *et al.*, (2025, p. 12-15) refere-se:

As exigências contemporâneas do mercado de trabalho, caracterizadas por altos níveis de produtividade, competitividade e adaptação constante. Tais demandas tendem a excluir sujeitos que não se enquadram nos padrões considerados “ideais” de desempenho, produzindo um cenário no qual a diferença é percebida como incapacidade. Nesse contexto, usuários da RAPS enfrentam dificuldades adicionais para se manterem em atividades laborais que não consideram suas singularidades e necessidades específicas.

É importante destacar que a precarização também se manifesta no interior das próprias estratégias de inclusão promovidas no campo da saúde mental. Embora iniciativas como oficinas terapêuticas e projetos de geração de renda contribuam para a ampliação de possibilidades, elas nem sempre garantem inserção em condições dignas de trabalho, podendo, em alguns casos, reproduzir formas de trabalho pouco valorizadas socialmente (Oliveira; Daltro, 2025). Tal contradição evidencia os limites das políticas públicas quando não articuladas a transformações mais amplas nas estruturas sociais e econômicas.

Sob essa perspectiva, a análise das desigualdades no trabalho para usuários da RAPS deve considerar não apenas as condições objetivas de inserção laboral, mas também os marcadores sociais que atravessam essas trajetórias, como classe, raça e território (Vasconcelos *et al.*, 2025). Esses elementos operam de forma interseccional, aprofundando processos de

exclusão e dificultando o acesso a direitos básicos, inclusive o direito ao trabalho em condições dignas.

Além disso, tais desigualdades podem ser compreendidas à luz de permanências históricas associadas a processos coloniais, que contribuíram para a formação de uma sociedade marcada por hierarquias e exclusões. Nesse sentido, a inserção desigual no mercado de trabalho não se explica apenas por fatores individuais, mas por estruturas sociais que continuam operando na distribuição de oportunidades.

Portanto, compreender os desafios enfrentados pelos usuários da RAPS no campo do trabalho implica reconhecer que a precarização está inserida em uma lógica estrutural mais ampla, que produz e reproduz desigualdades sociais. Nesse sentido, a efetivação de processos de inclusão laboral demanda não apenas políticas específicas, mas também a problematização das bases que sustentam a organização do trabalho na sociedade contemporânea, bem como o fortalecimento de ações intersetoriais que articulem saúde mental, trabalho e assistência social.

Ademais, é necessário considerar que a precarização do trabalho, no contexto da saúde mental, não pode ser dissociada das formas contemporâneas de organização do trabalho, marcadas pela intensificação da exploração e pela ampliação da informalidade (Barros, 2021).

8

Nesse sentido, a análise das desigualdades no trabalho para usuários da RAPS exige o reconhecimento de que os desafios enfrentados por esses sujeitos estão inseridos em uma realidade social mais ampla, marcada por processos históricos de exclusão e pela permanência de estruturas que produzem e reproduzem desigualdades (Pontes; Rostas, 2020).

Sob essa perspectiva, a análise da inserção laboral de usuários da RAPS pode ser aprofundada a partir de uma leitura anticolonial, que permite compreender como as desigualdades no acesso ao trabalho não são apenas resultado de dinâmicas econômicas contemporâneas, mas também de processos históricos de dominação que estruturaram a sociedade brasileira. Autores como Aníbal Quijano (2005) e Frantz Fanon (2008) apontam que a colonialidade do poder e do ser produziu hierarquias sociais que persistem na atualidade, organizando o acesso a direitos de forma desigual.

Nesse sentido, sujeitos em sofrimento psíquico, especialmente aqueles atravessados por marcadores como classe, raça e território, tendem a ocupar posições mais vulneráveis no mercado de trabalho, evidenciando que a exclusão laboral não pode ser dissociada dessas

estruturas históricas. Assim, a inclusão pelo trabalho, quando não problematiza tais desigualdades, corre o risco de reproduzir lógicas excludentes sob novas formas.

#### 4 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica sistemática. De acordo com Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é elaborada a partir de materiais já publicados, permitindo ao pesquisador analisar, interpretar e sistematizar conhecimentos produzidos sobre determinado tema. No caso deste estudo, essa abordagem mostrou-se adequada por possibilitar a compreensão da produção científica acerca da inserção de usuários da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no mundo do trabalho, com ênfase nas relações entre inclusão, precarização e desigualdades sociais.

A revisão foi conduzida a partir de buscas realizadas nas bases de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online), PubMed e Portal de Periódicos da CAPES, por serem fontes amplamente utilizadas na divulgação de estudos nas áreas da saúde, ciências humanas e ciências sociais. O recorte temporal adotado compreendeu o período de 2020 a 2025, definido com o objetivo de reunir produções mais recentes sobre a temática investigada. Além dos artigos científicos, foram consultados livros que abordam a inclusão social pelo trabalho, saúde mental e atenção psicossocial, utilizados como suporte teórico complementar para a discussão dos resultados.

Para o levantamento dos estudos, foram utilizados descritores selecionados com base nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), a saber: “Rede de Atenção Psicossocial”, “saúde mental”, “trabalho”, “precarização do trabalho”, “inclusão social”, “desigualdades sociais”, “exclusão social” e “luta anticolonial”. Esses termos foram combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR, de acordo com os objetivos da pesquisa, visando ampliar a sensibilidade da busca e localizar produções que abordassem tanto a inserção laboral de usuários da RAPS quanto as contradições presentes nesse processo.

Entre as combinações utilizadas, destacam-se: “Rede de Atenção Psicossocial AND trabalho”, “saúde mental AND inclusão social”, “precarização do trabalho AND saúde mental” e “RAPS AND desigualdades sociais”.

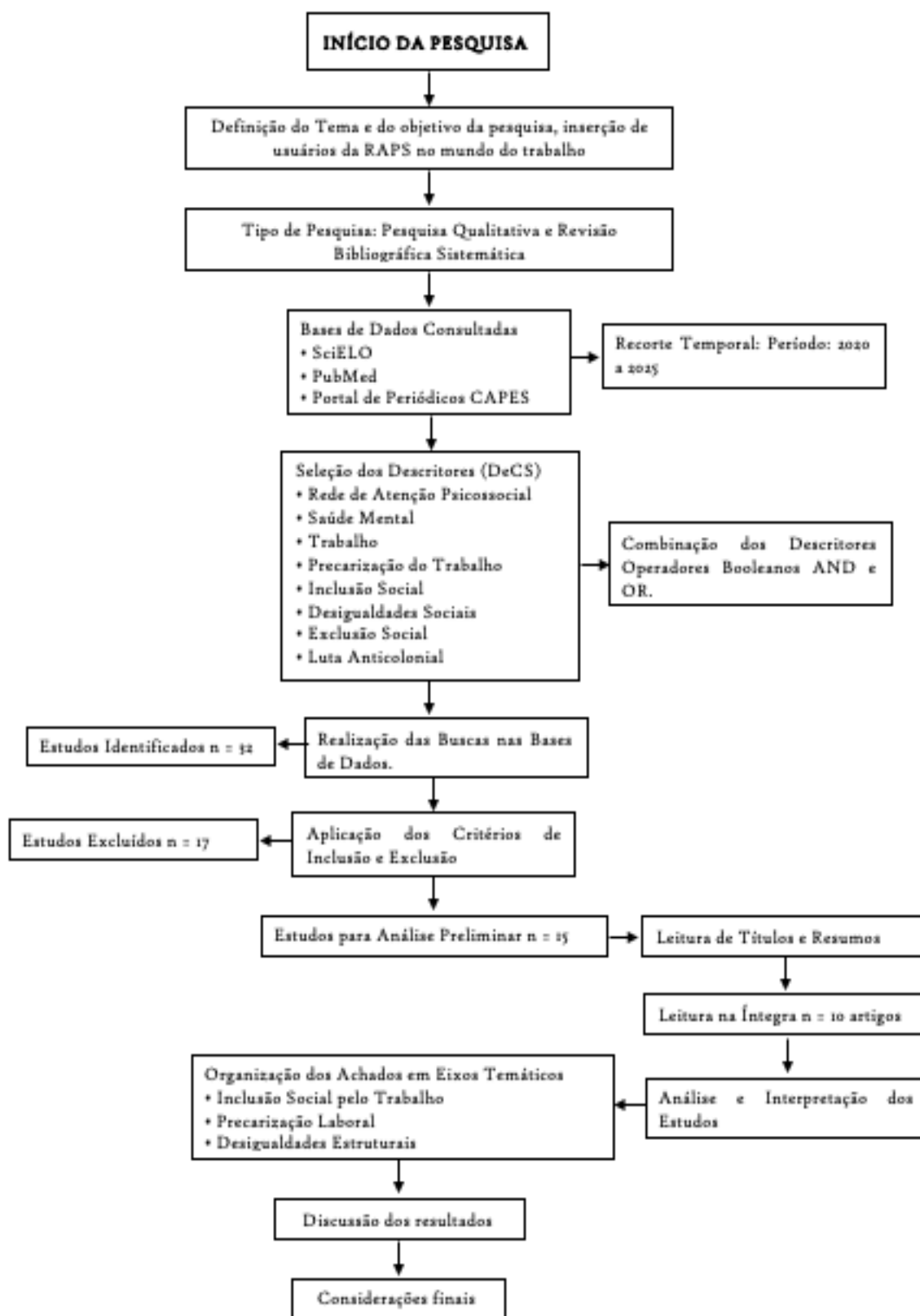
Como critérios de inclusão, foram selecionados artigos científicos completos, publicados em língua portuguesa, no período de 2020 a 2025, que apresentassem discussão relacionada ao acesso ao trabalho por usuários da RAPS, às estratégias de inclusão social pelo trabalho ou às relações entre precarização, exclusão e desigualdades no campo da saúde mental. Como critérios de exclusão, foram desconsiderados estudos duplicados, publicações em língua estrangeira, resumos simples, textos sem acesso completo e trabalhos que, após leitura dos títulos e resumos, não apresentavam relação direta com os objetivos da pesquisa.

Após a realização das buscas, foram identificados inicialmente 32 estudos. Em seguida, procedeu-se à leitura dos títulos e resumos, etapa em que foram excluídos 17 trabalhos por não atenderem aos critérios estabelecidos. Restaram, assim, 15 estudos para análise preliminar. Posteriormente, 10 artigos foram selecionados para leitura na íntegra, por apresentarem maior proximidade com a problemática investigada. Ao final do processo, esses 10 estudos compuseram o corpus da revisão bibliográfica sistemática, servindo de base para a construção das discussões desenvolvidas neste artigo.

Assim, a análise dos estudos selecionados ocorreu por meio de leitura integral e interpretação analítica dos textos, buscando identificar os principais sentidos, aproximações e diferenças presentes na literatura consultada. Para fins de organização, os achados foram sistematizados em eixos temáticos relacionados: às possibilidades de inclusão social pelo trabalho no contexto da RAPS; aos processos de precarização laboral; e às desigualdades estruturais que atravessam o acesso e a permanência desses sujeitos no mundo do trabalho. Tal procedimento permitiu reunir e discutir as principais contribuições da literatura, articulando-as ao objetivo central da pesquisa e à perspectiva crítica adotada no estudo.

A seguir, apresenta-se o organograma metodológico da pesquisa, elaborado com o objetivo de sintetizar e ilustrar as principais etapas desenvolvidas ao longo da investigação. O esquema descreve de forma sequencial o percurso metodológico adotado, contemplando a definição do tema e dos objetivos do estudo, a caracterização da pesquisa, as bases de dados consultadas, os procedimentos de busca e seleção dos estudos, a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, bem como as etapas de análise e organização dos resultados. Dessa forma, o organograma possibilita uma visualização clara e objetiva do processo de construção da revisão bibliográfica sistemática realizada neste trabalho.

**Figura 1** – Fluxograma das etapas metodológicas da revisão bibliográfica sistemática



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2026).

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos estudos selecionados permite observar que a inserção de usuários da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no mercado de trabalho não se configura de maneira linear, sendo atravessada por tensões que revelam limites concretos das propostas de inclusão social. Embora a literatura aponte avanços no campo das políticas públicas e das práticas institucionais, os resultados indicam que tais iniciativas coexistem com condições de trabalho marcadas pela instabilidade e pela baixa garantia de direitos. Esse cenário sugere que a inclusão, nesses casos, não se realiza de forma plena, mas se desenvolve em meio a contradições que expressam a permanência de desigualdades estruturais.

A partir de uma perspectiva anticolonial, esses achados podem ser compreendidos como expressão de permanências históricas que estruturam o acesso desigual ao trabalho na sociedade brasileira. Conforme discutido por Quijano (2005), a colonialidade do poder estabelece classificações sociais que continuam influenciando a distribuição de oportunidades, mesmo após o fim formal do colonialismo. No contexto analisado, isso se manifesta na forma como determinados sujeitos, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social e em sofrimento psíquico, são inseridos em posições periféricas no mercado de trabalho.

12

Dessa forma, a precarização observada não se apresenta como um fenômeno isolado, mas como parte de uma lógica mais ampla de organização social, que articula desigualdade, exclusão e estigmatização. Tal compreensão permite ampliar o debate sobre inclusão, evidenciando que a efetivação do direito ao trabalho exige não apenas políticas públicas específicas, mas também o enfrentamento das estruturas que historicamente produziram essas desigualdades.

Nesse sentido, observa-se que Oliveira; Daltro (2025) destaca avanços relacionados à ampliação de estratégias de inserção laboral, especialmente no âmbito dos serviços substitutivos em saúde mental. Tais estratégias, como oficinas de geração de renda e projetos coletivos, são compreendidas como importantes dispositivos de inclusão, na medida em que possibilitam a construção de vínculos sociais e o reconhecimento de capacidades dos usuários.

Contudo, Santos *et al.*, (2025), problematizam o alcance dessas ações, ao indicarem que, em muitos casos, essas iniciativas permanecem restritas a espaços institucionais, com limitada

inserção no mercado de trabalho formal o que evidencia limites na efetivação de uma inclusão laboral mais ampla e estruturada.

A partir dessa perspectiva, os autores Azevedo; Gomes (2024) e Lima *et al* (2024) convergem ao indicar que a inclusão pelo trabalho, no campo da saúde mental, não pode ser compreendida apenas como acesso a atividades produtivas, mas deve ser pensada em termos de condições concretas de trabalho. Assim, enquanto alguns estudos enfatizam o potencial das práticas de economia solidária e trabalho coletivo, outros evidenciam que tais experiências, quando não articuladas a políticas mais amplas, podem não garantir estabilidade econômica nem reconhecimento social, o que tensiona a ideia de inclusão efetiva, indicando que o acesso ao trabalho, por si só, não garante condições concretas de autonomia e reconhecimento social.

A recorrência desse aspecto nos estudos analisados indica que fatores estruturais exercem influência direta na inserção laboral desses sujeitos. Santos *et al.*, (2023) sugerem que aspectos como desigualdade social, baixa escolarização e acesso limitado a oportunidades de qualificação impactam diretamente as possibilidades de inserção no trabalho.

Além disso, o estigma associado ao sofrimento psíquico aparece como um elemento que atravessa diferentes contextos, influenciando tanto o acesso quanto a permanência no emprego, ainda que essa questão seja abordada de forma mais ou menos explícita entre os autores.

De modo complementar, Jafelice *et al.* (2022) indicam que as exigências do mercado de trabalho contemporâneo constituem um obstáculo relevante. A valorização de padrões de desempenho baseados na produtividade e na competitividade tende a dificultar a inclusão de sujeitos que não se adequam a essas lógicas. Nesse aspecto, alguns autores defendem a necessidade de construção de alternativas que considerem as especificidades dos usuários da RAPS, enquanto outros apontam para os limites dessas propostas diante de um mercado estruturado por desigualdades mais amplas.

Outro elemento importante diz respeito à articulação entre políticas públicas. A literatura analisada sugere que a inclusão laboral de usuários da RAPS depende da integração entre diferentes áreas, como saúde, assistência social e trabalho. No entanto, Souza; Honorato (2024) indicam que essa articulação ainda ocorre de forma fragmentada, o que compromete a efetividade das ações desenvolvidas.

Essa fragmentação é apontada como um dos fatores que dificultam a construção de trajetórias mais estáveis no campo do trabalho. Nesse contexto, tais desigualdades também podem ser compreendidas à luz de permanências de estruturas coloniais, que historicamente organizaram o acesso ao trabalho de forma hierarquizada, afetando de maneira mais intensa sujeitos em situação de vulnerabilidade social.

Desse modo, os resultados evidenciam que a inserção de usuários da RAPS no mercado de trabalho não pode ser compreendida de forma isolada, estando diretamente relacionada a condições sociais, econômicas e institucionais mais amplas. A análise dos estudos aponta que, embora existam iniciativas voltadas à inclusão, estas ainda se desenvolvem em um cenário marcado por desigualdades estruturais que limitam sua efetividade. Tal constatação reforça a necessidade de fortalecimento de políticas públicas integradas e da construção de estratégias que promovam não apenas o acesso ao trabalho, mas condições dignas e socialmente reconhecidas de participação laboral.

A partir da análise dos estudos selecionados, foi possível identificar três eixos centrais que estruturam a discussão sobre a inserção laboral de usuários da RAPS: (1) as iniciativas de inclusão mediadas por serviços de saúde mental, (2) os limites estruturais do mercado de trabalho contemporâneo e (3) os impactos das desigualdades sociais e do estigma no acesso e permanência no trabalho. Esses eixos evidenciam que a inserção laboral não ocorre de forma isolada, mas está diretamente vinculada a fatores sociais, econômicos e institucionais que condicionam as possibilidades de inclusão. Tal sistematização permite compreender que os desafios enfrentados por esses sujeitos não se restringem ao campo da saúde mental, mas refletem dinâmicas mais amplas da sociedade.

A noção de inclusão pelo trabalho, embora amplamente defendida nas políticas públicas e na literatura, precisa ser problematizada à luz das condições concretas em que essa inserção ocorre. Os resultados indicam que, em muitos casos, a inclusão se dá em espaços marcados pela precariedade, o que pode limitar seu potencial emancipatório. Nesse sentido, a inserção laboral, quando desvinculada de garantias de direitos e de condições dignas, corre o risco de reproduzir desigualdades já existentes, reforçando processos de exclusão sob a aparência de inclusão.

Assim, os achados desta revisão reforçam a necessidade de deslocar o debate sobre inclusão laboral para além do acesso ao trabalho, incorporando a análise das condições

estruturais que organizam o mundo do trabalho na sociedade contemporânea. Tal perspectiva contribui para uma compreensão mais crítica do fenômeno, evidenciando que a efetivação da inclusão social exige não apenas iniciativas pontuais, mas transformações mais amplas que enfrentem as desigualdades historicamente constituídas.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar, por meio de uma revisão bibliográfica sistemática, a realidade do acesso ao mercado de trabalho por usuários da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), considerando as tensões entre inclusão, precarização e as permanências de estruturas sociais desiguais. A partir da análise da literatura, foi possível compreender que o trabalho, embora reconhecido como um importante instrumento de inclusão social, ainda se configura como um espaço marcado por limites e contradições para esses sujeitos.

Os resultados evidenciaram que as iniciativas voltadas à inserção laboral, especialmente no âmbito dos serviços de saúde mental, têm contribuído para a ampliação de possibilidades de participação social, favorecendo a construção de vínculos, o desenvolvimento de habilidades e o fortalecimento da autonomia. No entanto, tais experiências não se apresentam de forma homogênea, sendo atravessadas por condições que nem sempre garantem estabilidade, reconhecimento social ou acesso a direitos trabalhistas.

Além disso, a análise dos estudos permitiu identificar que a inserção no trabalho está diretamente relacionada a fatores estruturais mais amplos, como desigualdades sociais, estigmatização e limitações no acesso a oportunidades de qualificação. Nesse contexto, a presença de exigências associadas ao mercado de trabalho contemporâneo, pautadas na produtividade e na competitividade, tende a dificultar a permanência desses sujeitos em atividades laborais, evidenciando a necessidade de construção de alternativas mais inclusivas.

Outro aspecto relevante diz respeito às contradições presentes nas próprias estratégias de inclusão. Embora práticas como oficinas e projetos coletivos ampliem as possibilidades de participação, nem sempre conseguem garantir condições dignas e sustentáveis de trabalho, o que aponta para limites na efetivação de uma inclusão social mais ampla. Dessa forma, a discussão sobre trabalho no campo da saúde mental não pode ser dissociada das condições concretas em que essas atividades são desenvolvidas.

Ademais, compreende-se que as desigualdades observadas nesse processo podem ser relacionadas a estruturas sociais historicamente constituídas, que continuam influenciando o acesso ao trabalho de forma desigual. Tal perspectiva reforça a importância de ampliar o debate sobre inclusão, considerando não apenas a inserção em atividades produtivas, mas também as condições em que essa inserção ocorre e os sujeitos que são mais afetados por essas dinâmicas.

Diante disso, conclui-se que a efetivação de processos de inclusão laboral para usuários da RAPS exige a articulação entre políticas públicas, a superação de barreiras sociais e a construção de práticas que considerem as especificidades desses sujeitos. Assim, torna-se fundamental avançar na produção de estratégias que promovam não apenas o acesso ao trabalho, mas condições que possibilitem autonomia, reconhecimento e participação social em sua dimensão mais ampla.

Assim, evidencia-se que a inclusão pelo trabalho, no contexto da RAPS, somente se efetiva quando articulada a condições dignas, reconhecimento social e políticas públicas integradas, sendo fundamental avançar na construção de estratégias que enfrentem as desigualdades estruturais e promovam a autonomia dos sujeitos.

## REFERÊNCIAS

16

AZEVEDO, Islânia Kênia Lourenço; GOMES, Maria de Fátima Leite. Serviço social e saúde mental: relato de experiência no centro de atenção psicossocial III. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 6, n. 3, p. 2641-2666, 2024.

BARROS, Claudia Cristiane Andrade et al. Precarização do trabalho docente: reflexões em tempos de pandemia e pós pandemia. **Ensino em Perspectivas**, v. 2, n. 2, p. 1-23, 2021.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda; ARAÚJO, Juliana Bacelar de; MIOTO, Beatriz Tamaso. Precarização do trabalho e nova informalidade no urbano: permanências e transformações. **Cadernos Metrôpole**, v. 26, p. 9-17, 2024.

COBO, Barbara; OLIVEIRA, Beatriz Menezes Marques de. Desigualdades no mercado de trabalho brasileiro: uma proposta de conceituação e mensuração do trabalho precário sob a lupa da interseccionalidade. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 41, p. 26, 2024. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbepop/a/gHLpjmPqmbGjYXd9jbRJbxB/?format=html&lang=pt>. Acesso: 20. Abr. 2026.

DAMASCENA, Dhuliane Macêdo; VALE, Paulo Roberto Lima Falcão do. Tipologias da precarização do trabalho na atenção básica: um estudo netnográfico. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, n. 3, p. 27., 2020.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE. PNAD Contínua: taxa de desocupação é de 5,8% e taxa de subutilização é de 13,8% no trimestre encerrado em abril. Agência IBGE Notícias, 28 maio 2026. Acesso em: 04 jun. 2026.

JAFELICE, Giovana Telles; SILVA, Daniel Augusto; MARCOLAN, João Fernando. Potencialidades e desafios do trabalho multiprofissional nos Centros de Atenção Psicossocial. **SMAD, Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas (Edição em português)**, v. 18, n. 1, p. 17-25, 2022. Disponível: [https://revistas.usp.br/smad/pt\\_BR/article/view/198687](https://revistas.usp.br/smad/pt_BR/article/view/198687). Acesso: 17. Abri. 2026.

LIMA, Israel Coutinho Sampaio et al. A precarização do trabalho na atenção psicossocial territorial: um contexto concreto na contemporaneidade. **Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia**, v. 12, n. 3, p. 42-43, 2024. Disponível em: <https://www.interfaces.unileao.edu.br/index.php/revista-interfaces/article/view/1773/1143>. Acesso: 17. Abr. 2026.

LIMA, Israel Coutinho Sampaio; SAMPAIO, José Jackson Coelho; SOUZA, Karlla Christine Araújo. **A complexidade do trabalho precário na Atenção Psicossocial Territorial: reflexão crítica sobre o contexto brasileiro**. **Saúde em Debate**, v. 47, p. 215-226, 2023.

LIMA, Israel Coutinho Sampaio; SAMPAIO, José Jackson Coelho; SOUZA, Karlla Christine Araújo. Implicações da precarização do trabalho para gestão laboral e do cuidado na Atenção Psicossocial Territorial. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 34, p. 34, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/physis/2024.v34/e34071/pt/>. Acesso: 17. Abr. 2026.

OLIVEIRA, Gersson Moreira; DALTRO, Mônica Ramos. Fronteiras da clínica psicossocial: Perspectivas de profissionais sobre o cuidado em saúde mental e redução de danos. **Psicologia Clínica**, v. 37, 2025.

PONTES, Fernanda Rodrigues; ROSTAS, Márcia Helena Sauaia Guimarães. Precarização do trabalho do docente e adoecimento: COVID-19 e as transformações no mundo do trabalho, um recorte investigativo. **Revista Thema**, v. 18, p. 278-300, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/1923>. Acesso: 20. Abr. 2026.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

SANTIAGO, Daniela Emilena et al. Os estigmas e preconceitos contra a saúde mental e o trabalho do psicólogo na saúde pública. **Aurum Editora**, p. 280-281, 2025.

SANTOS, Joelson Almeida et al. Trabalho precário da enfermagem frente a atenção psicossocial: uma revisão integrativa. **Revista Eletrônica Interdisciplinar**, v. 17, n. 2, p. 12-15, 2025. Disponível em: <http://revista.univar.edu.br/rei/article/view/766>. Acesso: 17. Abr. 2026.

SANTOS, Yasmin Livia Queiroz; NAVARRO, Vera Lucia; ELIAS, Marisa Aparecida. A precarização do trabalho e a saúde dos profissionais de um Centro de Atenção Psicossocial. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 26, 2023.

SOUZA, Daniel Cerdeira; HONORATO, Eduardo Jorge Sant'Ana. Práticas grupais na rede de atenção psicossocial–Revisão da literatura. **Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia**, v. 10, n. 3, p. 1465-1474, 2022. Disponível em: <https://interfaces.unileao.edu.br/index.php/revista-interfaces/article/view/1020>. Acesso: 17. Abr. 2026.

VASCONCELOS, Kelly Cristina Encide et al. Desafios enfrentados por profissionais de saúde mental no atendimento de pacientes com transtornos psicológicos graves. **Interference: a journal of audio culture**, v. 11, n. 2, p. 6884-6897, 2025. Disponível em: <https://interferencejournal.emnuvens.com.br/revista/article/view/497>. Acesso: 10. Abr. 2026.